



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

**8ª Reunião Ordinária**

**24 de julho de 2012**

**Brasília-DF  
2012**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CRT  
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 24/07/2012

Local: Nova Central Sindical de Trabalhadores

Data: 24 de julho de 2012.

Participantes: Nilton Fraiberg Machado, SE; Luiz Eduardo Lemos da Conceição, SE; Marcelo Aguiar dos Santos Sá, SPPE; Roberto Marinho Alves da Silva, Senaes; Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, SIT; Manoel Messias Nascimento Melo, SRT; Eudes da Silva Carneiro, SRT; Cristiano Barreto Zaranza, CNA; Patrícia Cerqueira de Coimbra Duque, CNC; Júnia Queiroz Alves Dal Secchi, CNCOOP; Emerson Casali Almeida, CNI; Luigi Nese, CNS; Plínio Gustavo Sarti, CNTur; Magnus Ribas Apostólico, Consif; Pablo Rolim Carneiro, (vaga preenchida pelo art. 11, § 1º da Port. 2.092); Carlos Alberto de Oliveira Pereira, CGTB; Pascoal Carneiro, CTB; Maria Graça Costa, CUT; Jacy Afonso de Melo, CUT; Pedro Armengol de Souza, CUT; Danilo Pereira da Silva, FS; Wilson Pereira, NCST; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, UGT; Clóvis Scherer, Dieese; Sandra Oliveira; Claudio Peronico, CUT; Danielle Souza, CUT; Danilo Piva Júnior, CNTur; Agilberto Seródio, NCST; Sebastião José da Silva, NCST; Nicole Goulart, CNT; Adrianny Lemos, NCST; Maristela Leitão, Ascom; José Osório Neves, CNTur; Mauri Viana, CGTB.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e doze teve início a oitava Reunião Ordinária do  
2 Conselho de Relações do Trabalho, sob coordenação do Sr. Manoel Messias Nascimento Melo.  
3 Presentes: Marcelo Aguiar – SPPE; Nilton Fraiberg – SE; Luis Eduardo – Secretaria Executiva;  
4 Roberto Marinho – SENAES; Yedda Beatriz – SENAES; Vera Albuquerque – SIT; Eudes Carneiro  
5 – SRT; Cristiano Zaranza – CNA; Junia Queiroz – CNCOOP; Luigi Nesse – CNS; João Adilberto –  
6 CNS; Carlos Alberto Pereira – CGTB; Pascoal Carneiro – CTB; Francisco Canindé Pegado – UGT;  
7 Maria das Graças – CUT; Jacy Afonso – CUT; Pedro Armengol – CUT; Danilo Pereira – FS;  
8 Admilson Moreira - SRT; Mauro – SRT; Pablo – CNI; Danilo – CNTUR; Wilson Pereira – Nova  
9 Central Sindical; Plínio Sarti – CNTUR; Magnus Apostólico – CONSIF; Rafael Kieckbusch – CNI;  
10 Emerson Casali – CNI; Patrícia Duque – CNC; Mauri Viana – CGTB; Clóvis – DIEESE; Sandra  
11 Oliveira – CUT; Daniele Souza – CUT; Cláudio Perônico CUT; Agilberto Senório - NCST;  
12 Sebastião Silva – NCST; Adrianny Lemos – NCST; Nicole Goulart – CNT; Maristela –  
13 ASCOM/MTE; José Osório – CNTUR. ABERTURA: O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo deu  
14 início à reunião indicando que seriam retomadas as reuniões do conselho, depois da mudança de  
15 gestão do Ministério, e pediu uma rodada de apresentações. Após as apresentações indicou que o  
16 Conselho deveria decidir como organizar suas pautas. Sugeriu o encaminhamento da pauta: 1.  
17 Leitura das atas da 6ª e 7ª reuniões ordinárias do conselho e da 1ª extraordinária; 2. Discussão da  
18 Recomendação 002; 3. Informe do Aviso Ministerial; 4. Discussão sobre a notificação do TCU; 5.  
19 Discussão dos Conselhos Regionais de Relações do Trabalho; 6. Exposição sobre a inspeção do  
20 trabalho; 7. Discussão sobre o registro sindical; 8. Discussão sobre criação de Grupo de Trabalho  
21 sobre trabalho rural. O Sr. Emerson Casali sugeriu que os informes fossem feitos antes da questão  
22 do registro. O Sr. Eudes Carneiro perguntou se poderia ser dispensada a leitura das atas, sendo que  
23 já havia sido entregues a todos, o que contou com concordância do conselho. O Sr. Manoel Messias  
24 Nascimento Melo passou às indicações de novos coordenadores de bancadas. O Sr. Eudes Carneiro  
25 informou que a secretaria não havia recebido propostas. A Sra. Maria das Graças indicou que sua  
26 bancada havia reafirmado o rodízio de membros, mas que ainda não havia definição de nome. A  
27 Bancada do Governo indicou o nome do Sr. Manoel Messias Nascimento Melo. O Sr. Jacy Afonso  
28 pediu para que constasse também em ata o registro da recondução na bancada dos empregadores,  
29 posto que o mandato (de 1 ano) iniciou em 31 de maio e se encerrou, então automaticamente teriam  
30 de comunicar a recondução. Teriam que, formalmente, reconduzir ou alternar a bancada. Houve a  
31 leitura da Recomendação 002. O Sr. Roberto Marinho indicou que existia uma área de promoção do  
32 trabalho vinculada com a política de crédito e microcrédito produtivo orientado e que isso tinha de  
33 ser resgatando, sendo que na 1ª linha no parágrafo 4º, quando falava de ampliação dos recursos  
34 orçamentários e financeiros para as ações ativas, entendia caber também tanto o microcrédito  
35 produtivo orientado como outras formas de trabalho decente, exercidos na forma associada e  
36 cooperada pelos trabalhadores, e sugeriu que se pudesse ampliar, se não criar outra linha, mas nas  
37 ações proativas de emprego e renda. O Sr. Francisco Canindé Pegado indicou que não havia  
38 problema, pois eram políticas de governo. Indicou que a menção de “eventos esportivos” no texto  
39 deveria ser clarificada, especificando os eventos, que seriam apenas os de escala internacional.  
40 Apontou ainda que a recomendação deveria ser clara para o Ministro do Trabalho e Emprego dar  
41 prioridade para a política pública de trabalho e emprego. O texto da recomendação foi aprovado. O  
42 Sr. Eudes Carneiro informou sobre o encaminhamento que o Ministro fez da recomendação 001. A  
43 Sra. Patrícia Duque solicitou que a Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e

44 Turismo tivesse o nome escrito corretamente no texto. O Sr. Jacy Afonso sugeriu solicitar  
45 informações sobre o documento enviado, em 29 de maio, que não havia tido resposta. Sugeriu  
46 ratificar o ofício. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo indicou que seria encontrada uma forma  
47 regimental para registrar em ata, para decorrer disso uma ação. Passou ao ponto seguinte, indicando  
48 que o TCU havia feito notificação cobrando a segregação da arrecadação da contribuição sindical  
49 nas contas dos sindicatos. Indicou que o Ministério estava sendo cobrado pelo TCU para dar uma  
50 manifestação, pedindo então manifestação da bancada, dos trabalhadores, posto que a bancada dos  
51 empregadores já havia se posicionado quanto ao tema. O Sr. Wilson registrou que a bancada dos  
52 trabalhadores iria formalizar a questão dizendo que estavam cumprindo o que estabelece a CLT, a  
53 Constituição Federal e os estatutos de entidade. O Sr. Luigi Nese indicou que tinha ocorrido  
54 discussão e consenso indicando que a interferência do TCU na segregação de contas não tem  
55 nenhuma validade jurídica nem legal. O Sr. Carlos Alberto Pereira indicou que a manifestação da  
56 bancada dos trabalhadores seria pela autonomia sindical, baseado na Constituição Federal de 88. O  
57 Sr. Manoel Messias concluiu que a bancada dos trabalhadores se manifestará formalmente junto à  
58 Secretaria Executiva do Conselho para que seja encaminhada sua manifestação ao TCU, com a  
59 ressalva do entendimento do conselheiro Carlos Alberto Pereira - CGTB. Destacou a necessidade  
60 da apresentação do texto por escrito. O Sr. Emerson Casali registrou que sua bancada havia  
61 entregue a manifestação tempestivamente e o prazo havia sido perdido pelo MTE e indeferido pelo  
62 TCU. O Sr. Manoel Messias indicou que iria verificar junto ao MTE o ocorrido e tomar  
63 providências para que não acontecesse novamente. Explicou que existe um novo ofício do TCU  
64 sobre o tema, sendo necessário o posicionamento das bancadas. O Sr. Eudes Carneiro explicou que  
65 o novo expediente envolve especificamente a contribuição sindical, controle de arrecadação, e que o  
66 ofício fora encaminhado não só ao Ministério mas também à CNA e à Caixa Econômica  
67 Federal. Noticiou que o Ministério teve de se manifestar nos 10 itens do documento enviado ao  
68 TCU, e que se trata de um expediente para a SRT, que iria coletar a resposta oficial do Ministério  
69 ao TCU para depois noticiar para os conselheiros. Destacou que se trata de uma nova demanda que  
70 está em trâmite; um assunto que interessa para as entidades representadas pelos conselheiros. O Sr.  
71 Luigi Nese informou, que isso interessa ao FAT e que o Conselho está tomando as providências  
72 para arregimentar as informações para poder informar os dados corretamente ao TCU, que isso está  
73 na Secretaria Executiva do CODEFAT. O Sr. Jacy Afonso questionou se os dez itens levantados  
74 pelo TCU seriam socializados. O Sr. Manoel Messias indicou que havia um conjunto de pedidos de  
75 informação do TCU que eram das ações internas do MTE, que estariam sendo mostradas para dar  
76 conhecimento, e que verificaria se poderia socializar o teor das considerações. O Sr. Jacy Afonso  
77 sugeriu que as decisões sobre a questão com o TCU, fossem tratadas numa reunião conjunta do  
78 Ministério com os empregadores e trabalhadores. O Sr. Manoel Messias Nascimento passou ao  
79 ponto seguinte: discussão dos Conselhos Regionais de Relações do Trabalho. Indicou que havia  
80 recomendação do CRT para que não fossem criados conselhos regionais, evitando possíveis  
81 conflitos de posições, tendo em vista as atribuições do CRT. Indicou que havia incentivo para a  
82 criação desses conselhos entre representantes de trabalhadores e empregadores e a defesa da  
83 manutenção desses espaços nas superintendências. O Sr. Emerson Casali indicou que sua bancada  
84 poderia apenas fazer reflexões sobre o tema, naquele momento. A Sra. Maria da Graça indicou que  
85 não deveria haver a construção dos conselhos regionais para evitar conflitos de competências. O Sr.  
86 Francisco Canindé Pegado indicou que sua proposta foi solicitar ao presidente do CRT para sustar  
87 os conselhos já criados. O Sr. Luigi Nese manifestou posição favorável à bancada dos  
88 trabalhadores. O Sr. Manoel Messias indicou que seria feito levantamento de quais  
89 superintendências e informará às duas bancadas e que sustar simplesmente os conselhos poderia  
90 criar mal estar. A Sra. Patrícia Duque indicou que era necessário ter informações para uma decisão

91 mais fundamentada. O Sr. Luigi Nese indicou que era consenso a defesa da não existência dos  
92 conselhos regionais e que havia posição contrária ao Ministro à época e isso não tinha sido  
93 informado ao conselho. O Sr. Manoel Messias deu o seguinte encaminhamento, que a SRT faça  
94 levantamento dos Conselhos existentes relacionados às relações de trabalho, que verifique os  
95 estados, os regimentos, faça um relatório e que o CRT volte a discutir na próxima reunião e que ao  
96 mesmo tempo as informações sejam passadas para o Ministro com o registro da posição do CRT  
97 para que ele dê encaminhamento. A Sra. Vera Albuquerque informou a respeito das Comissões de  
98 Colaboração de Inspeção do Trabalho, criadas por Portaria do Ministro para colaborar com a  
99 inspeção do trabalho tanto no planejamento como nas avaliações fiscais. Indicou que as comissões  
100 deveriam ser tripartites, dada a importância do tripartismo para o processo democrático. Destacou a  
101 importância dessa instância para reconhecer os principais problemas em relação ao cumprimento da  
102 legislação trabalhista e a opinião dos parceiros, maximizando os recursos da secretaria. O Sr.  
103 Wilson informou que os referidos conselhos haviam surgido no Paraná e que lá os trabalhadores  
104 faziam denúncias diretamente ao Ministério Público, que fazia parte do Conselho, o que tinha  
105 criado problemas. O Sr. Emerson Casali perguntou o escopo desses conselhos. O Sr. Pedro  
106 Armengol disse que a prioridade é trazer o debate para dentro do Conselho, inclusive como forma  
107 de otimizar e melhorar os recursos, combatendo a precarização quantitativa da fiscalização do  
108 trabalho. A Sra. Vera Albuquerque indicou que uma das recomendações da OIT era trabalhar o  
109 tripartismo. O Sr. Luigi Nese se manifestou favorável aos comitês e à participação tripartite, o que  
110 poderia inclusive dirimir dúvidas sobre a fiscalização e legislação. O Sr. Emerson Casali indicou  
111 que o tripartismo nessa relação seria útil e que o fortalecimento do CRT não ia de encontro a esse  
112 espaço das câmaras. O Sr. Francisco Canindé Pegado elogiou a postura do governo em relação à  
113 participação tripartite, mas enfatizou os problemas que o país enfrenta na fiscalização do trabalho,  
114 com falta de pessoal, estrutura e recursos. Sugeriu uma apresentação da realidade atual da  
115 fiscalização, para conhecimento dos conselheiros. O Sr. Pascoal Carneiro Neto indicou que havia  
116 fala de conselheiro indicando que a comissão do Paraná vinha ao Ministério Público para solicitar  
117 fiscalização nos sindicatos, o que fugia do foco proposto e sugeriu verificar essa informação. A Sra.  
118 Vera Albuquerque indicou que a inspeção do trabalho no Brasil, por mais que tivesse contingente  
119 deficiente, era referência na organização do trabalho, como melhor inspeção do mundo, indicou o  
120 que era mais positivo para a fiscalização era o conhecimento dos seus direitos por parte do  
121 trabalhador, da realidade do país pelo sindicalista e a ação do empresário para resolver as infrações  
122 sem que sua empresa fechasse. Apontou que uma apresentação sobre a inspeção poderia ser  
123 marcada. Relatou ainda problemas da inspeção com o Ministério Público, mas indicou que estavam  
124 sendo tomadas ações para resolvê-los. O Sr. Carlos Alberto Pereira ressaltou a importância da  
125 inspeção do trabalho para a defesa dos direitos trabalhistas. Defendeu ainda a forma tripartite na  
126 inspeção. O Sr. Francisco Canindé Pegado registrou o texto da bancada dos trabalhadores sobre o  
127 expediente do TCU: *a bancada dos trabalhadores (CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central*  
128 *Sindical, CGTB) se reunirá para discutir o assunto e enviará à presidência do CRT um expediente*  
129 *sobre o tema tendo como base a liberdade e a autonomia sindicais, o texto constitucional, a CLT e*  
130 *os estatutos das entidades sindicais.* O Sr. Manoel Messias passou ao ponto seguinte: discussão  
131 acerca do registro sindical. Apontou que havia sido realizada reunião com as bancadas e que havia  
132 sido feita apresentação dos principais aspectos que constam da minuta da nova Portaria, elaborada  
133 na SRT por determinação do Ministro, objetivando discutir no conselho e construir consenso.  
134 Indicou que era necessária velocidade, até possivelmente reunindo o conselho extraordinariamente  
135 para referendar os consensos que ali fossem firmados. Sugeriu a criação de um GT para a discussão  
136 da Portaria, que funcionaria em paralelo com o GT da tabela de categorias. O Sr. Pascoal Carneiro  
137 Neto acatou a sugestão do GT, sugerindo que ele discuta uma instrução normativa e solicitando

138 tempo para apresentar isso mais na frente. O Sr. Luigi Nese indicou que criar a instrução normativa  
139 naquele momento indicaria que a Portaria não está clara e que deveria haver o esforço para que sua  
140 compreensão e interpretação fosse a melhor possível e que hoje não se sentia à vontade de fazer  
141 nenhuma proposta e que gostaria que, se possível, as sugestões dadas nas reuniões informais,  
142 fossem agregadas e complementadas como um adendo a essa iniciativa da portaria. O Sr. Manoel  
143 Messias compartilhou da opinião do Sr. Luigi Nesse, mas que a instrução normativa poderia ser  
144 feita, se realmente necessária. A Sra. Maria da Graça indicou que a Portaria deveria ser clara e  
145 opinou pela criação do GT sugerido. O Sr. Emerson Casali indicou que era positiva a ação para  
146 procedimentos mais transparentes, mas que deveria ser definido se as questões de fundo sobre os  
147 temas seriam debatidas, como a pluralidade em grau superior e filiação. Indicou que a fragmentação  
148 em grau superior era inconstitucional. O Sr. Manoel Messias apontou que o desmembramento e a  
149 dissociação deverão ser discutidos para criação da Portaria. Também levantou que a questão da  
150 tabela de categorias entrava na discussão do desmembramento. Apontou que a Portaria mantinha o  
151 entendimento do Ministério. Apontou que a CNAE que poderia ser uma referência para a  
152 construção da tabela de categorias, sendo que não queria trabalhar com a CBO. Ressaltou que ainda  
153 faltava indicação de alguns membros para o GT da tabela de categorias. Sugeriu que se instale o  
154 GT, depois o separe em dois, avançando em cada um e retomando depois, antes de trazer para o  
155 conselho as discussões. Não fixou um prazo por não ter conseguido despachar com o Ministro, mas  
156 disse que haverá um prazo, e o horizonte máximo é de 2 meses, provavelmente na Reunião  
157 Ordinária do CRT. Disse que, se ele vai se estreitar ou alargar, depende de reunião com o Ministro.  
158 Em relação à tabela de categorias, disse que o horizonte é concluir até dezembro. O Sr. Luigi Nese  
159 registrou que a inconstitucionalidade levantada pelo Sr. Emerson Casali não era posição da  
160 bancada, sendo apenas de um grupo. Indicou que o GT da tabela de categorias era imprescindível.  
161 Sugeriu ainda se retirar a repetição da documentação necessária em cada um dos itens da Portaria.  
162 O Sr. Cristiano indicou que a posição do Sr. Emerson Casali era compartilhada pela CNA e a Sra.  
163 Patrícia Duque apontou que a CNC também tinha essa compreensão. A Sra. Nicole manifestou o  
164 apoio da CNT à proposição e o Sr. Plínio destacou que a posição da CNTUR era a mesma do Sr.  
165 Luigi Nese. O Sr. Manoel Messias indicou que a repetição da documentação exigida era proposital  
166 para visualização durante a construção do documento podendo ser retirada posteriormente. O Sr.  
167 Carlos Alberto Pereira indicou que a Portaria previa impugnação de central sindical, o que era um  
168 problema, pois ela tinha autonomia. Também indicou que as federações poderem ser construídas a  
169 partir dos sindicatos não feria a unicidade. O Sr. Pascoal Carneiro Neto indicou que era necessário  
170 entendimento para resolução do problema da democratização das eleições sindicais, mas que isso  
171 não deveria vir em uma Portaria para regular registro sindical. O Sr. Carlos Alberto Pereira indicou  
172 que isso não precisava ser posto na Portaria, mas que estaria no centro da origem da fragmentação.  
173 Ressaltou ainda a necessidade de quórum definido para as assembleias. O Sr. Wilson indicou que  
174 não se poderia fazer uma Portaria que criasse dúvidas quanto à Constituição Federal, criando  
175 motivos para interpelação judicial. O Sr. Jacy Afonso indicou que no último congresso da CUT  
176 havia ocorrido mudança de direção, sendo necessário dialogo com a bancada. O Sr. Mauri indicou  
177 que sua central sindical iria se debruçar no documento, mas que deixava claro que não se poderia  
178 fazer algo inconstitucional. Indicou que a Portaria, ao dar pluralidade na categoria superior e não na  
179 inferior, criava um problema, limitando a criação de novos sindicatos. Informou ainda que a CLT  
180 tinha previsão para negociação coletiva em categorias não organizadas. O Sr. Manoel Messias  
181 indicou que nas federações e confederações não havia mudança em relação à Portaria 186. Propôs a  
182 criação de dois grupos, um da Portaria e um da Tabela de Categorias. O Sr. Emerson Casali indicou  
183 que desde o Fórum Nacional do Trabalho, tinha defendido a ideia de PEC e não havia alteração na  
184 legislação. O Sr. Francisco Canindé Pegado indicou que a instrução normativa é uma coisa que a

185 sua bancada gostaria bastante, para ser apêndice da Portaria. O Sr. Manoel Messias indicou que não  
186 era contra a Nota Técnica, apenas sugeriu discutir primeiramente a Portaria. Informou que a minuta  
187 não era posição de uma ou duas centrais e sim fonte de uma discussão ampla, com contribuições de  
188 várias organizações, inclusive com consultas jurídicas. Sugeriu o prazo de 15 de agosto para  
189 instalação dos GTs. O Sr. Manoel Messias Nascimento indicou que as reuniões do dia 15 serão, da  
190 Portaria de manhã, das 9h30 às 12h30 e da Tabela às tarde, das 14h às 17h.. Passou ao ponto  
191 seguinte: GT sobre trabalho rural. Indicou que havia sido criado o GTTU, mas que tinha terminado  
192 sem conclusão. Indicou que seria possível deixar as definições do grupo para o GTRU ou criar  
193 grupo no âmbito do MTE e discutir as relações de trabalho e a interpretação colocada. Apontou que  
194 o Ministro havia pedido que a discussão ocorresse no Conselho de Relações do Trabalho e que  
195 poderia se trabalhar com a SRT na discussão do trabalho rural. O Sr. Cristiano indicou que discutir  
196 organização sindical em uma Portaria Interministerial extrapola em muito a competência do  
197 Ministério. Apontou que, conforme súmula do STF, o MTE deveria decidir sobre registro sindical e  
198 não discutir a forma de organização das entidades. Indicou que o MTE havia se excedido e que não  
199 havia previsão legal para o Ministério suspender registro sindical por conta de estudos, sendo mais  
200 grave o fato da suspensão ainda existir por falta de conclusão do Grupo. Indicou que algumas  
201 discussões se davam como se o registro sindical rural tivesse princípios próprios não aplicáveis aos  
202 demais e sugeriu urgência para que se resolvesse a questão da suspensão. Apontou ainda que  
203 deveria se resolver as questões em aberto antes de se abrir um novo foco de discussão. O Sr.  
204 Pascoal Carneiro Neto indicou que o GT não se limitaria à representação e que o mundo do  
205 trabalhador rural tinha muitas questões a serem tratadas e sugeriu aprofundar a discussão. O Sr.  
206 Manoel Messias indicou ser importante o Ministério ter posição sobre o GTRU e sobre a  
207 determinação que suspendeu a tramitação dos processos rurais. O Sr. Emerson Casali manifestou a  
208 opinião de que a situação emergencial deveria ser resolvida, sendo que há mais de sete meses  
209 nenhum registro tinha sido concedido. O Sr. Manoel Messias concordou que o Sr. Pascoal Carneiro  
210 Neto apresentasse uma proposta para o GT do mundo rural. Disse que vai encaminhar ao Ministro a  
211 solicitação para que se tome uma decisão sobre o GTRU. Sobre o GT Aferição, Messias informou  
212 que a idéia do Ministério é não editar portaria sobre representatividade em maio. Destacou que  
213 sobre a Carta do Milho, está colhendo maiores informações. Sobre sindicatos de servidores  
214 públicos, informou que o Ministro havia suspenso a tramitação dos processos, e expediu um  
215 Aviso Ministerial para o planejamento com uma série de questões, por orientação, inclusive da  
216 CONJUR. Disse que não houve retorno do Ministério do Planejamento e que isso está no Gabinete  
217 para ver se revoga ou espera a resposta, e que a posição da Secretaria é que se revogue. Afirmou  
218 que a proposta é de convocação da Câmara Bipartite de Servidores Públicos e que iria verificar uma  
219 data. O Sr. Manoel Messias indicou ainda que poderia ser criado o GT da Portaria entre os  
220 Conselheiros, mas que o GT da tabela de categorias já havia sido constituído por Portaria, não  
221 sendo interessante mudar esse processo. ENCERRAMENTO: Em não havendo mais assuntos a  
222 tratar, a reunião foi encerrada.

## MTE

Nilton Fraiberg Machado, SE

Luiz Eduardo Lemos da Conceição, SE

Marcelo Aguiar dos Santos Sá, SPPE

---

Roberto Marinho Alves da Silva, Senaes

---

Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, SIT

---

Manoel Messias Nascimento Melo, SRT

---

Eudes da Silva Carneiro, SRT

---

### **Confederações Patronais**

Cristiano Barreto Zaranza, CNA

---

Patrícia Cerqueira de Coimbra Duque, CNC

---

Júnia Queiroz Alves Dal Secchi, CNCOOP

---

Emerson Casali Almeida, CNI

---

Luigi Nese, CNS

---

Plínio Gustavo Sarti, CNTur

---

Magnus Ribas Apostólico, Consif

---

Pablo Rolim Carneiro, (vaga preenchida pelo art. 11, § 1º da Port. 2.092)

---

### **Centrais Sindicais**

Carlos Alberto de Oliveira Pereira, CGTB

---



Pascoal Carneiro, CTB

\_\_\_\_\_

|                              |       |
|------------------------------|-------|
| Maria Graça Costa, CUT       | _____ |
| Jacy Afonso de Melo, CUT     | _____ |
| Pedro Armengol de Souza, CUT | _____ |
| Danilo Pereira da Silva, FS  | _____ |

Wilson Pereira, NCST

\_\_\_\_\_

Francisco Canindé Pegado do Nascimento,  
UGT

\_\_\_\_\_